



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LAÍZA MARIANO VASCONCELOS**

**PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) NO PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR A PANDEMIA DA COVID-19**

**JOÃO PESSOA  
2024**

**LAÍZA MARIANO VASCONCELOS**

**PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) NO PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR A PANDEMIA DA COVID-19**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. (a) Dr. (a). Caritsa Scartaty Moreira.

**JOÃO PESSOA  
2024**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

V331p Vasconcelos, Laiza Mariano.

Passivo ambiental: uma análise comparativa do nível de evidenciação das empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no período anterior e posterior a pandemia da Covid- 19 / Laiza Mariano Vasconcelos. - João Pessoa, 2024.

42 f. : il.

Orientação: Caritsa Scartaty Moreira.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Evidenciação de informações ambientais. 2. Passivos Ambientais. 3. Pandemia Covid-19. I. Moreira, Caritsa Scartaty. II. Título.

UFPB/CCSA


CDU 657

**LAÍZA MARIANO VASCONCELOS**


**PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) NO PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR A PANDEMIA DA COVID-19**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.


**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **CARITSA SCARTATY MOREIRA**  
Data: 07/05/2024 10:30:20-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Presidente(a): Prof.(a) Dr.(a) Caritsa Scartaty Moreira  
Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente  
 **JOCYKLEBER MEIRELES DE SOUZA**  
Data: 07/05/2024 23:17:04-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Membro: Prof.(a) Me.(a) Jocykleber Meireles de Souza  
Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente  
 **THAYNA DE OLIVEIRA FERNANDES**  
Data: 07/05/2024 16:54:20-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Membro: Prof.(a) Me.(a) Thayná de Oliveira Fernandes  
Instituição: UFPB

João Pessoa, 03 de maio de 2024.

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Laíza Mariano Vasconcelos, matrícula n.º 20180095447, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Passivo ambiental: uma análise comparativa do nível de evidenciação das empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no período anterior e posterior a pandemia da Covid-19”, orientado(a) pelo(a) professor(a) Dr.(a). Caritsa Scartaty Moreira, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2023.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmo que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 14 de maio de 2024.

---

Assinatura do(a) discente

Dedico este trabalho a minha família, por todo o esforço, dedicação e apoio em cada momento da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ser meu amparo e refúgio nos momentos de grande dificuldade e por me tornar capaz de concluir mais um ciclo em minha vida.

A minha Mãe do céu, a Virgem Maria, por me acolher no seu regaço acolhedor, trazendo conforto e confiança em meio as adversidades. Por estar sempre intercedendo pelos meus sonhos e necessidades.

Agradeço a meus pais, Mariza e Martins, por ser meu porto seguro, pelo amor incondicional, que nunca mediram esforços para me fazer feliz e me ver bem. Agradeço por tudo que fizeram e fazem por mim. Obrigada por todo tempo dedicado a me impulsionar a seguir em frente, para não desistir dos meus sonhos.

As minhas irmãs, minha sobrinha e meu cunhado, por todo estímulo e apoio. Por torcerem pelos meus sonhos e por estarem sempre dispostos a ajudar. Por proporcionar momentos de alegria e descontração nos períodos mais cansativos.

Agradeço a meus amigos, pela colaboração e troca de ideias ao longo de todo o curso. Serei eternamente grata por toda a ajuda e por toda experiência compartilhada na universidade. Lembrarei, com carinho, de cada momento.

A minha orientadora, Caritsa Moreira, pelo incentivo desde o primeiro contato que tivemos. Obrigada pela paciência e por todo auxílio durante este processo. Sua orientação foi essencial para conclusão deste trabalho. Minha eterna gratidão pela sua disposição em ajudar em todos os momentos.

“A vitória mais bela que se pode alcançar é a vitória sobre si mesmo.”

Santo Inácio de Loyola

## RESUMO

O presente estudo visa analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Além disso, analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais no período anterior e posterior a pandemia da Covid-19. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma análise documental das demonstrações financeiras padronizadas. Um checklist baseado nas diretrizes do CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que aponta a necessidade de evidenciar provisões e passivos contingentes nas demonstrações contábeis, foi utilizado. Os resultados mostram que, tanto as empresas listadas no ISE, quanto as não pertencentes, destacaram-se na evidenciação do valor contábil no início e no fim do período e na breve descrição da natureza da obrigação em relação às provisões. Quanto aos passivos contingentes, os dois grupos se destacaram na evidenciação da breve descrição da natureza do passivo contingente. Diante disso, notou-se que as empresas estão divulgando os passivos ambientais, no entanto, os resultados revelam um baixo nível de evidenciação, pois a taxa de divulgação dos itens de provisões e passivos contingentes ficou abaixo de 50%, tanto para as empresas participantes do ISE, como para as não participantes. Quanto ao nível de evidenciação, no período de Pandemia da Covid-19, constatou-se que as empresas participantes e não participantes não apresentaram mudanças significativas. Ao comparar os dois grupos de empresas, observou-se que, aquelas participantes do ISE, divulgaram uma média de 8,00 das informações sobre provisões e passivos contingentes de origem ambiental, enquanto as demais divulgaram uma média de 8,38. Assim, não foi constatada uma diferença significativa entre as médias apresentadas. Deste modo, esta pesquisa tem grande relevância para o campo estudado, contribuindo diretamente para a contabilidade ambiental, como também para a sustentabilidade empresarial, uma vez que, através desta, foi possível verificar se as empresas estão divulgando as informações sobre os seus passivos ambientais nas demonstrações contábeis, tal como a forma que este processo é realizado.

**Palavras-chave:** Ciências Contábeis. Evidenciação de informações ambientais. Passivos Ambientais.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the level of disclosure of environmental liabilities among companies participating and not participating in the Corporate Sustainability Index (ISE). Furthermore, analyze the level of disclosure of environmental liabilities in the period before and after the Covid-19 pandemic. To achieve these objectives, a documentary analysis of the standardized financial statements was carried out. A checklist based on the guidelines of CPC 25 (R1) - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets, which highlights the need to highlight provisions and contingent liabilities in the financial statements, was used. The results show that both companies listed on the ISE and those not included stood out in disclosing the book value at the beginning and end of the period and in the brief description of the nature of the obligation in relation to provisions. As for contingent liabilities, both groups stood out in providing a brief description of the nature of the contingent liability. In view of this, it was noted that companies are disclosing environmental liabilities, however, the results reveal a low level of disclosure, as the disclosure rate for provisions and contingent liabilities items was below 50%, both for participating companies of ISE, as for non-participants. Regarding the level of disclosure, during the Covid-19 Pandemic period, it was found that participating and non-participating companies did not show significant changes. When comparing the two groups of companies, it was observed that those participating in the ISE disclosed an average of 8.00 of information on provisions and contingent liabilities of environmental origin, while the others disclosed an average of 8.38. Therefore, no significant difference was found between the means presented. Therefore, this research has great relevance for the field studied, contributing directly to environmental accounting, as well as to corporate sustainability, since, through this, it was possible to verify whether companies are disclosing information about their environmental liabilities in financial statements, such as the way this process is carried out.

**Keywords:** Accounting. Disclosure of environmental information. Environmental Liabilities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Resumo dos estudos anteriores.....	20
Quadro 2 - Empresas listadas no ISE x não listadas no ISE.....	22
Quadro 3 - Itens de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais de acordo com o CPC 25 (checklist).....	24

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual por itens de evidenciação de provisões e passivos contingentes (Empresas Listadas no ISE) .....	25
Tabela 2 - Percentual por itens de evidenciação de provisões e passivos contingentes (Empresas Não Listadas no ISE) .....	26
Tabela 3 - Percentual de divulgação dos itens em relação ao total evidenciado.....	30
Tabela 4 - Estatística descritiva .....	31
Tabela 5 - Cálculo teste T de <i>Student</i> .....	32

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
ISE	índice de Sustentabilidade Empresarial
NBC-T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
OCPC	Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>16</b>
2.1 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	16
2.2 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)	18
2.3 ESTUDOS ANTERIORES	20
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>21</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	22
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	22
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
3.3.1 Instrumento de Pesquisa	24
3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	24
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>25</b>
4.1 NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS	25
4.1.1 Evidenciação no período de Pandemia da Covid-19	28
4.2 COMPARAÇÃO ESTATÍSTICA DOS GRUPOS	30
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>36</b>
APÊNDICE A – <i>CHECKLIST</i>	42

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento da conscientização sobre a necessidade de abordar questões voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no âmbito empresarial, tem estimulado a busca por ferramentas que ofereçam transparência e prestação de contas em relação ao impacto ambiental das empresas (Júnior, 2021).

Nesse cenário, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) surge em 2005 com a iniciativa da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), a fim de tornar-se um instrumento de incentivo no que diz respeito à transparência e divulgação das informações ambientais das entidades de forma mais detalhada. O índice identifica, desta forma, empresas que vinculam suas atividades aos princípios sustentáveis, princípios estes constituídos dos aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança, e que caracteriza, portanto, um elemento de diferenciação (Silva; Lucena, 2019).

Para encontrar empresas comprometidas com a transparência ambiental, o ISE aplica um questionário que identifica elementos que comprovem o comprometimento da entidade com as práticas sustentáveis. Dessa forma, o Passivo Ambiental tem se destacado como um fator de avaliação do comportamento das organizações frente aos problemas ambientais, haja vista que este consiste em obrigações de caráter financeiro, decorrentes do impacto ambiental gerado pelas atividades empresariais (Brumati, 2015).

Assim, o Passivo Ambiental abrange a poluição, a contaminação do solo e da água, e a emissão de gases do efeito estufa, o que pode desencadear gastos com multas, penalidades e compensações dos danos causados (Brumati, 2015). A poluição é, sobretudo, um dos impactos ambientais mais agressivos e comuns, pois trata-se de um fator presente no cotidiano de todas as empresas (Silva, Rover e Ferreira, 2022).

Desta forma, compete a contabilidade mensurar e registrar esses danos, de maneira que a amostragem destas informações permita aos investidores, agentes reguladores e demais partes interessadas, acompanhar a relação da organização com o meio ambiente e, conseqüentemente, tomar a melhor decisão (Silva, Rover e Ferreira, 2022).

A discussão em torno desta temática permite verificar como a divulgação do Passivo Ambiental está associada à transparência das práticas sustentáveis das empresas, o que contribui para identificar se a inclusão no ISE garante que a empresa

esteja focada em adotar uma postura alinhada à responsabilidade ambiental, visto que o índice demonstra o seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, além de possibilitar a melhoria das práticas de gestão, o que confere confiabilidade à empresa (Eidt; Coltre; Mello, 2018).

Diante deste contexto, notou-se a necessidade de investigar mais acerca do passivo ambiental e sua relação com o índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Com essa percepção, Filho *et al.*, (2018), por exemplo, teve o propósito de examinar as respostas das empresas sobre o Passivo Ambiental ao questionário efetuado pelo ISE. Enquanto Menezes *et al.* (2018), analisou as demonstrações contábeis e demais relatórios para saber a forma utilizada pelas empresas que pertencem ao índice, para evidenciar seus passivos ambientais.

Diante dos estudos citados, que se concentraram na divulgação dos passivos ambientais das empresas pertencentes ao ISE, faz-se necessária a comparação com aquelas que não estão listadas neste índice, para definir, detalhadamente, se o fato das empresas serem consideradas sustentáveis está relacionado ou não, à maior evidenciação de seu passivo ambiental. Nessa perspectiva, os estudos de Rodrigues *et al.* (2023) e Ribeiro *et al.* (2019) apresentam que pertencer ao ISE implica em maior divulgação dos passivos ambientais, ao estudar, respectivamente, as empresas de alta poluição e as companhias do setor de energia elétrica.

Ante o exposto, o presente estudo visa responder o seguinte questionamento: qual o nível de evidenciação dos passivos ambientais de empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)? E em relação ao período pandêmico busca responder: qual o nível de evidenciação dos passivos ambientais no período anterior e posterior a pandemia da Covid-19?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Além disso, analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais no período anterior e posterior a Pandemia da Covid-19.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar se as empresas evidenciam os passivos ambientais em suas demonstrações financeiras.
- b) Verificar o nível de evidenciação de passivos ambientais no período de Pandemia da Covid-19.
- c) Comparar o nível de evidenciação dos passivos ambientais das empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o passivo ambiental vem sendo analisado e estudado com mais frequência na área da sustentabilidade e contabilidade ambiental. A sustentabilidade empresarial, conforme Araújo *et al.* (2006), consiste em práticas realizadas pelas empresas, na tentativa de mitigar os problemas ambientais, promover iniciativas sociais e manter sua viabilidade econômica no mercado. Neste cenário, encontra-se também a contabilidade ambiental, que tem o propósito de detalhar a contabilização tradicional e melhorar a maneira de quantificar e evidenciar informações de característica ambiental destas empresas, nos seus demonstrativos contábeis (Costa; Marion, 2007).

Diante deste contexto, esta pesquisa possui relevância para os estudos da contabilidade ambiental e da sustentabilidade empresarial, uma vez que esta análise verifica, dentro das limitações desta investigação, se as empresas estão divulgando informações sobre os seus passivos ambientais em suas demonstrações contábeis, e a forma como estas informações estão sendo divulgadas.

A pesquisa também auxilia investidores e outros usuários da informação contábil a identificar empresas que apresentam menor risco ambiental e que se comprometem com questões ambientais, o que pode atrair investidores, uma vez que a empresa se torna mais transparente em relação às informações ambientais.

Alguns estudos investigaram acerca da evidenciação dos passivos ambientais de companhias cujas ações estão listadas no ISE da B3, como as pesquisas de Filho *et al.* (2018) e Menezes *et al.* (2018). Filho *et al.* (2018) buscou descrever como as empresas participantes do ISE declararam-se quanto a seus passivos ambientais,

com base na análise das suas respostas ao questionário do ISE. Enquanto Menezes *et al.* (2018), teve como objetivo analisar o processo pelo qual são evidenciados os passivos ambientais de empresas que estão incluídas na carteira do ISE, avaliando os demonstrativos financeiros e elaborados pela administração, e, por fim, as notas explicativas.

Assim, o presente estudo busca corroborar com tais pesquisas. Entretanto, o diferencial desta pesquisa está na comparação entre as empresas que compõem e as que não compõem o ISE da B3, no que diz respeito à evidenciação dos passivos ambientais, uma vez que, acredita-se que as empresas que integram o ISE devem evidenciar as informações de origem ambiental de forma mais explicitada (Silva *et al.*, 2009). Além disso, esta pesquisa tem a finalidade de complementar os estudos relacionados, pois pretende investigar se ocorreram mudanças na divulgação dos passivos ambientais durante a pandemia da Covid-19.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção são abordados temas sobre a evidenciação de informações ambientais, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e, por fim, estudos anteriores realizados sobre o passivo ambiental nas empresas listadas na B3 e no ISE.

### **2.1 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS**

A publicação de dados ambientais pelas empresas tem a finalidade de tornar públicas as práticas empresariais adotadas para reduzir os impactos ambientais gerados por suas práticas operacionais (Monteiro *et al.*, 2020). De acordo com Silva e Souza (2019), a evidenciação de caráter ambiental consiste no fornecimento de informações, financeiras ou não, das partes interessadas em saber como a empresa interage com o meio ambiente.

No Brasil, não há leis ou normas que provocam a obrigatoriedade da evidenciação das informações ambientais. Por este fato, várias empresas não divulgam as práticas voltadas para interação de suas operações e com os recursos da natureza, o que acaba impedindo os avanços do *disclosure* ambiental, como afirma Giacomini, Ott e Grando (2018).

Para explicar o impulso que gera nas empresas o desejo por divulgar

informações de caráter ambiental, pesquisas se baseiam em algumas teorias, dentre elas, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade (Silva *et al.*, 2013). Voss (2012, p. 56) afirma que tais teorias são suficientes para compreender as motivações que conduzem as organizações a realizar a evidência ambiental.

Segundo Filho (2013), a origem da Teoria da Legitimidade ocorreu a partir da Teoria de Contratos, uma vez que partem do princípio de que as empresas estabelecem um contrato que justifica suas ações perante a sociedade, contrato este que é moldado pelos sistemas de preceitos e moral predominantes, e que leva as empresas a procurarem alinhar suas práticas com as regras de conduta, determinados pelo ambiente em que operam para tornarem-se legítimas. Com isto, as empresas tendem a ampliar a evidência de informações, mesmo que sem a exigência legal.

A teoria dos *stakeholders*, por sua vez, está embasada na ideia de que as entidades são motivadas a fornecer informações de forma particular as partes interessadas que detêm prestígio, visando considerar as necessidades desses usuários (Eugénio, 2010). Assim, as operações de uma empresa estão sujeitas à aceitação dos *stakeholders*, e o *disclosure* consiste em um meio de diálogo entre eles (Bazanini, Roberto *et al.*, 2020).

Portanto, existe uma razão tanto social como científica que justifica a necessidade de divulgação ambiental, e esta é motivada pela crescente aflição da população com as questões ambientais e pelo comportamento das organizações em relação à natureza (Pletsch *et al.*, 2014). Desta forma, a evidência ambiental tem a função de atender a necessidade informacional de caráter ambiental das partes interessadas, como governo, acionistas, funcionários etc. (Silva *et al.*, 2013).

Embora as publicações de caráter ambiental, no Brasil, sejam feitas de forma voluntária, algumas diretrizes recomendam e orientam a sua elaboração e divulgação. Beuren, Santos e Gubiani (2013) destacam as principais entidades que norteiam a evidência ambiental, são elas: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

O CFC criou a NBC-T 15 em 2004 para orientar quais dados ambientais precisam tornar-se públicos nos relatórios das organizações. Em resumo, a norma determina a divulgação dos investimentos e despesas relacionados à manutenção operacional, à preservação e recuperação ambiental, à educação ambiental, à projetos ambientais, como também ao número de processos ambientais, ao valor de

multas e de indenizações associadas ao meio ambiente. Além disso, requer a divulgação dos passivos e contingências ambientais, objetos de estudo do presente trabalho.

Quanto aos passivos ambientais, além da NBC T 15 (2004), o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), trata a evidenciação dos passivos na forma de provisão e passivos contingentes. O CPC 25 define passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”, além disso, ressalta que o passivo se origina de uma obrigação não formalizada ou obrigação determinada por lei (2009, p. 4).

Segundo Ribeiro e Lisboa (2000), o passivo ambiental consiste em alocação de recursos econômicos para o meio ambiente, visando sua preservação, proteção e recuperação, na tentativa de estabelecer uma harmonia entre o progresso da economia e o equilíbrio ambiental, que também pode ser entendido como um sacrifício econômico decorrente de práticas ambientais inadequadas.

Filho, Bruni e Gomes (2013) destacam que, antigamente, o passivo ambiental era conhecido como um fator que diminui os lucros das operações empresariais, mas recentemente passou a ser visto como um aspecto de diferenciação, integrado à conduta das companhias, uma vez que, seu reconhecimento torna evidente a preocupação significativa quanto ao relacionamento da prática empresarial com a natureza, podendo ter um impacto substancial na continuidade da empresa.

## 2.2 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi desenvolvido em 2005 pela B3 com a intenção de demonstrar o desempenho dos ativos de companhias engajadas na sustentabilidade empresarial. Assim, além de apoiar as decisões dos acionistas na busca por melhores investimentos, o ISE B3 estimula as empresas a adotarem boas condutas sustentáveis, tendo em vista que as práticas *Environmental, Social and Governance* (ESG) são essenciais para a continuidade dos negócios. (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023)

Em outras palavras, Souza *et al.* (2018) afirma que o ISE surgiu na tentativa de impulsionar a prática de investimento, utilizando uma metodologia centrada no desenvolvimento sustentável, a fim de atender à necessidade informacional da

sociedade e tornar a ética um fator essencial para as empresas, pois se caracteriza como uma ferramenta de análise de desempenho fundamentada no meio econômico, na responsabilidade quanto ao contexto ambiental e social e à governança corporativa.

As empresas que desejam fazer parte do ISE passam por um processo seletivo, mas, primeiramente, devem estar aptas a participar. Elas precisam atender a determinados critérios estabelecidos pela B3, como: estar entre as 200 primeiras posições durante os três anos anteriores; participar de pregão em média 50% durante os três períodos que antecedem a carteira atual; e não ser considerada um *Penny Stock*, ou seja, empresa que negocia ativos por valor inferior a R\$ 1,00 (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023).

O processo de seleção para compor o agrupamento do ISE B3 ocorre anualmente e é feito através de avaliações cumulativas. As etapas de avaliações consistem em analisar o resultado do preenchimento do questionário por parte das empresas, verificar evidências nos documentos submetidos pelas participantes que comprovem as respostas ao questionário, calcular o desempenho das empresas nas avaliações quantitativa e qualitativa, medir o risco reputacional das empresas no aspecto ambiental, social e de governança, e selecionar aquelas participantes do processo que satisfazem as condições previstas na metodologia do ISE (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023).

De acordo com a B3 (2023), o questionário do ISE, alterado em 2021, é composto por dimensões denominadas: capital humano; governança corporativa e alta gestão; modelo de negócio e inovação; e capital social e meio ambiente. Dentro dessas dimensões, estão distribuídos 28 temas, que são classificados em gerais e específicos, mudando conforme o setor que a companhia atua. Assim, com a aplicação dos questionários, o ISE verifica o desempenho da empresa em relação a cada dimensão proposta, visando verificar se a empresa está adequada às questões abordadas ou não.

Diante disso, integrar o ISE, como afirma Sales, Rover e Ferreira (2018), é significativo às companhias por permitir estar positivamente em evidência no mercado, pois o índice demonstra ao mercado o seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, à medida que permite o aprimoramento das práticas de gestão, atribuindo, sobretudo, confiabilidade à empresa (Eidt, Coltre; Mello, 2018).

## 2.3 ESTUDOS ANTERIORES

As pesquisas têm se concentrado em descobrir de que maneira as empresas mostram seu compromisso com a responsabilidade ambiental. Um aspecto usado para avaliar a atitude das empresas em relação às questões ambientais é a divulgação de passivos ambientais. Portanto, as análises sobre como as empresas listadas na B3 ou no ISE divulgam seus passivos ambientais, revelam uma diversidade de métodos e conclusões.

**Quadro 1** – Resumo dos estudos anteriores

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
Rover, Alves e Borba (2006)	A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido.	Identificar nas Demonstrações Contábeis e Adicionais as diferenças e semelhanças das práticas de evidenciação relacionados aos passivos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferenças na formatação e apresentação das demonstrações adicionais.</li> <li>• As informações ambientais publicadas nos EUA são mais amplas do que as do Brasil.</li> </ul>
Xavier e Luczkiewicz (2013)	Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo.	Verificar se as empresas do setor de petróleo, cujas ações fazem parte da BM&F BOVESPA, incluem informações sobre passivos ambientais em seus relatórios financeiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apenas duas empresas evidenciaram o passivo ambiental, tanto no Balanço Patrimonial, como em Notas Explicativas.</li> <li>• Baixo nível de evidenciação de passivo ambiental nesse segmento.</li> </ul>
Cunha e Ribeiro (2016)	A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil.	Verificar o avanço na publicação de provisões e passivos contingentes ambientais de forma a compará-los com as evoluções das normas contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 46,15% das empresas não evidenciaram os passivos ambientais.</li> <li>• A evidenciação passou a crescer com o surgimento da Norma e Procedimento de Contabilidade 22, do IBRACON.</li> </ul>
Filho <i>et al.</i> (2018)	Índice de sustentabilidade empresarial: uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental	Investigar o que as empresas do ISE afirmaram em relação às questões sobre passivos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As empresas apresentam um nível reduzido de divulgação de seus passivos ambientais.</li> <li>• Das empresas que admitiram possuir passivos ambientais, apenas 9% realizaram a provisão.</li> </ul>
Menezes <i>et al.</i> (2018)	Evidenciação de Passivos Ambientais: um estudo com empresas integrantes do ISE	Analisar a forma de evidenciação de passivos ambientais de companhias que fazem parte do ISE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Nota Explicativa é o principal meio de evidenciação de passivos ambientais.</li> <li>• Sem alteração na maneira de evidenciar os passivos ambientais das empresas</li> </ul>

			listadas.
Domingos <i>et al.</i> (2019)	<i>Disclosure</i> e materialidade das provisões e passivos ambientais divulgados pelas companhias listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	Analisar a correlação do <i>disclosure</i> com a materialidade das provisões e contingências ambientais com base na OCPC 07 para comparação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alterações significativas no nível de divulgação ambiental e na avaliação da materialidade depois da publicação da OCPC 07.</li> <li>• Relação positiva entre a materialidade e a divulgação ambiental.</li> </ul>
Ribeiro <i>et al.</i> (2019)	A influência da ocorrência de passivo ambiental no <i>Environmental Disclosure Score da Bloomberg</i>	Analisar se existe uma relação positiva entre o passivo ambiental e o nível de divulgação ambiental das empresas de energia elétrica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A relevância das variáveis ISE e Provisão Ambiental reflete nas motivações das empresas para a divulgação ambiental.</li> <li>• Empresas de maior porte, mais rentáveis, incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e com provisão ambiental, apresentam maior divulgação ambiental.</li> </ul>
Silva, Rover e Ferreira (2022)	<i>Disclosure</i> de passivos ambientais: uma análise dos fatores que influenciam o montante divulgado por empresas potencialmente poluidoras	Verificar os fatores que afetam o montante de passivos ambientais divulgados por empresas brasileiras que possuem potencial de impacto ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As empresas com mais contingências ambientais divulgam montantes mais expressivos de passivos ambientais.</li> <li>• A rentabilidade não apresentou significância.</li> </ul>
Rodrigues <i>et al.</i> (2023)	Nível de <i>disclosure</i> das provisões e passivos contingentes ambientais: análise das empresas com alto potencial de poluição	Analisar o nível de divulgação das provisões e passivos contingentes ambientais de empresas com alto potencial de poluição. Ainda, identificar a relação entre as empresas do ISE e o nível de divulgação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Houve uma crescente na quantidade de itens divulgados nos últimos três anos (2017 a 2019), porém, em geral, as empresas apresentaram baixa evidenciação.</li> <li>• Existe uma relação positiva entre o Índice e o nível de divulgação das provisões e passivos contingentes ambientais.</li> </ul>

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Em resumo, as pesquisas destacam que a evidenciação melhorou ao longo do tempo, porém muitas empresas ainda não quantificam seus passivos ambientais adequadamente. Além disso, alguns estudos identificaram que o pertencimento ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pode induzir a divulgação, mas nem sempre de forma significativa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em subtópicos, que abordam, na sequência, a classificação da pesquisa, a população e a amostra, os procedimentos de coletas de

dados e, por último, os métodos de análise de dados.

### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, uma vez que esta se propõe a descrever e a analisar se as empresas evidenciam os passivos ambientais e a forma como estes são divulgados em suas demonstrações financeiras. As pesquisas descritivas compreendem a descrição dos atributos de uma população ou fenômeno determinado, identificando possíveis relações entre variáveis (Gil, 2022)

Em relação ao método, caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, dado que tem por finalidade analisar os dados com base no percentual de evidenciação dos passivos ambientais das empresas. Conforme Sordi (2022), o método quantitativo se qualifica como uma metodologia objetiva, uma vez que abrange testes estatísticos para realizar as análises e está fundamentada em teorias existentes.

O procedimento para coletar dados da presente pesquisa consiste em uma pesquisa documental, porquanto busca coletar informações disponíveis nas demonstrações contábeis das companhias. Lakatos e Marconi (2021) afirmam que a pesquisa documental é uma forma de coletar informações em documentos, escritos ou não, denominadas fontes primárias.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população abrange as companhias listadas na B3. A amostra é composta por dez companhias, divididas em listadas no ISE e não listadas no ISE, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 2** – Empresas listadas no ISE x não listadas no ISE

<b>Listadas no ISE</b>	<b>Setor</b>
Telefônica Brasil S. A	Telecomunicações
Lojas Renner S.A.	Consumo Cíclico/Comércio/Tecidos, Vestuário e Calçados
Companhia Brasileira De Alumínio	Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos
Banco Pan S.A.	Financeiro e Outros/Intermediários Financeiros/Bancos
Engie Brasil Energia S.A.	Utilidade Pública/Energia Elétrica (Geração e Transmissão)
<b>Não Listadas no ISE</b>	<b>Setor</b>
Algar Telecom S/A	Telecomunicações

Track & Field Co S.A.	Consumo Cíclico/Comércio/Tecidos, Vestuário e Calçados
CSN Mineração S.A.	Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos
Banco BMG S.A.	Financeiro e Outros/Intermediários Financeiros/Bancos
EDP - Energias Do Brasil S.A.	Utilidade Pública/Energia Elétrica (Geração e Transmissão)

Fonte: Elaboração própria (2024).

As cinco empresas listadas no ISE foram selecionadas por serem as maiores do índice, de acordo com o *Score ISE 2023*, divulgado pela Plataforma ESG *Workspace*. Estas empresas englobam cinco setores: telecomunicações, consumo cíclico, materiais básicos, financeiro e utilidade pública (Quadro 2). Para permitir a comparação e delimitar mais a amostra, foram escolhidas cinco empresas do mesmo setor que não participam da carteira do ISE.

Os dados foram coletados do período dentre 2016 e 2023, por ser o mais recente para o estudo, e pelo fato de permitir identificar se houve mudança na divulgação dos passivos ambientais no período da pandemia do Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (Cavalcante, 2020), ao comparar os quatro anos anteriores – 2016 a 2019 - e os quatro anos posteriores - 2020 a 2023 - ao início da pandemia.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para identificar o nível de evidenciação dos passivos ambientais foi utilizada a técnica de *checklist*, que tem como base a forma de divulgação das provisões e passivos contingentes de caráter ambiental definida pelo CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - conforme destacados pela pesquisa de Rodrigues *et al.* (2023). Desta forma, a coleta de dados sobre a evidenciação de passivos ambientais foi realizada através da análise documental das informações presentes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) das empresas, fornecidas em seus *websites*.

A identificação das cinco maiores empresas listadas no ISE foi extraída da Plataforma ESG *Workspace*. Esse *website* é responsável por divulgar detalhadamente os dados que foram utilizados na seleção das empresas para a carteira do ISE B3, apresentando um *ranking* de desempenho de todas as empresas que participaram do processo seletivo, com base nas dimensões coletadas e avaliadas pelo questionário do ISE B3.

Dessa maneira, as empresas com melhores desempenhos foram coletadas da seleção do ISE B3 2023, a qual foi realizada para identificação das empresas aptas a participar da carteira do ISE de 2024. Neste sentido, espera-se que as empresas com as maiores pontuações possuam melhor nível de evidenciação dos passivos ambientais. Entretanto, é importante destacar que a B3 não garante a total integridade e exatidão dos dados divulgados, embora as empresas forneçam documentos que comprovem suas respostas ao questionário.

### 3.3.1 Instrumento de Pesquisa

O *checklist* compreende itens que devem ser evidenciados sobre provisões e passivos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme o CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, apresentadas na pesquisa de Rodrigues *et. al.* (2023).

**Quadro 3** – Itens de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais de acordo com o CPC 25 (*checklist*)

ITENS	PONTUAÇÃO (Sim/não)
<b>Provisões</b>	
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	1 ou 0
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	1 ou 0
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	1 ou 0
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	1 ou 0
<b>Passivos Contingentes</b>	
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	1 ou 0
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	1 ou 0
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	1 ou 0
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	1 ou 0

Fonte: Adaptado de Rodrigues *et. al.* (2023).

Para a realização da coleta, foi definida uma pontuação conforme modelo de *checklist* apresentado por Rodrigues *et al.* (2023), de forma que, para cada item que as empresas apresentaram em seus demonstrativos contábeis, foi estabelecido 1 (um) ponto, e em caso de não evidenciação, considerou-se 0 (zero). A pontuação máxima que pode ser obtida é 8 (oito).

### 3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu por meio de um *checklist* (Quadro 3) que permitiu verificar quais informações referentes ao passivo ambiental são apresentadas nas demonstrações contábeis. As companhias foram, assim, segregadas em participantes e não participantes do ISE. Além disso, a coleta foi dividida de forma anual para identificar se existiram diferenças no nível de evidenciação durante o período da pandemia da Covid-19 no Brasil. Para organização da coleta e análise dos resultados, foi utilizado o programa *Excel*.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS

Para verificar se as empresas que integram e não integram o ISE estão divulgando os passivos ambientais, foi utilizado o *checklist* com os elementos de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais estabelecidos pelo CPC 25. Desta forma, as tabelas 1 e 2 permitem identificar a quantidade percentual de empresas que evidenciaram essas informações em suas DFPs, separando os dados das empresas que integram e não integram o ISE.

Vale destacar que, os dados coletados não contam com as informações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2016 e 2017 da empresa Companhia Brasileira de Alumínio, de 2016 da CSN Mineração, e de 2016 a 2018 da *Track&field*. Estas não estavam disponíveis em seus *websites* e, portanto, não pontuaram nos anos citados.

**Tabela 1** – Percentual por itens de evidenciação de provisões e passivos contingentes (Empresas Listadas no ISE)

Itens de evidenciação de passivos ambientais	Percentual de empresas que evidenciam (%)							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Provisões ambientais</b>								
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	20%	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	20%	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	0%	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
<b>Passivos Contingentes</b>								
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	20%	20%	40%	40%	40%	20%	20%	20%



4. Indicação de incerteza sobre o valor.	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
<b>Passivos Contingentes</b>								
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	0%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que tange a divulgação das provisões ambientais das empresas não participantes do ISE, a informação sobre os valores de provisões não utilizados durante o período (item 2) apresentou menor percentual de divulgação, com taxa mínima de 0% durante maior parte do período pesquisado, exceto em 2016, quando foi observado um percentual de 20%. Enquanto os itens 1 e 3, referentes, respectivamente, ao valor contábil no início e no fim do período e a breve descrição da natureza da obrigação, apresentaram-se como informações com maior índice de divulgação e semelhança na quantidade de observações, com taxa máxima de 40%.

Sobre os passivos contingentes das empresas não listadas, assim como ocorreu nas empresas listadas no ISE, a estimativa do efeito financeiro (item 2) não foi evidenciada. Dessa forma, coincide com a pesquisa de Rodrigues *et. al.* (2023), que verificou a falta de evidenciação dessa informação.

Em resumo, ao analisar as duas tabelas, foi possível inferir que as empresas estão divulgando os passivos ambientais, porém os resultados revelam um baixo nível de evidenciação, pois a taxa de divulgação dos itens de provisões e passivos contingentes ficou abaixo de 50%, ao longo dos anos pesquisados, tanto para as empresas participantes do ISE, como para as não participantes.

Nesse contexto, essa descoberta está alinhada com as pesquisas de Xavier e Luczkiewicz (2013), Rodrigues et al. (2023) e Filho et al. (2018). Estes estudos, assim como o atual, indicaram que as empresas não estão compartilhando informações ambientais de maneira abrangente. Eles analisaram se as organizações, respectivamente, do setor de petróleo, com alto potencial de poluição e aquelas listadas no ISE, estão revelando seus passivos ambientais.

Ao analisar as empresas, foi possível perceber que das dez empresas, quatro apresentaram alguma informação sobre as provisões e passivos contingentes

ambientais, mais especificamente duas de cada grupo: das empresas que compõem o ISE, destacaram-se a Companhia Brasileira de Alumínio e Engie Brasil Energia S.A., e das não participantes do ISE, as empresas CSN Mineração S.A. e EDP - Energias Do Brasil S.A.

Uma razão para a maior divulgação de passivos ambientais por algumas empresas em comparação com outras pode ser fundamentada nas teorias dos *stakeholders* e da legitimidade. Algumas organizações são incentivadas a satisfazer as expectativas e demandas de informação dos *stakeholders* e da sociedade em relação ao meio ambiente, com o intuito de prestarem contas sobre seu desempenho ambiental e facilitarem a tomada de decisões (Eugénio, 2010; Silva et al., 2013).

Dessa forma, os resultados indicam que os setores de utilidade pública e materiais básicos têm uma maior preocupação em divulgar as provisões e passivos contingentes ambientais. Esta conclusão é consistente com o estudo de Menezes et al. (2018), que identificou esses setores como sendo os mais transparentes no que diz respeito à evidenciação dos passivos ambientais.

#### **4.1.1 Evidenciação no período de Pandemia da Covid-19**

Ao fazer uma análise temporal sobre o período anterior e posterior ao início da Pandemia da Covid-19 (2020), verificou-se que os itens mais evidenciados pelas empresas listadas no ISE (Tabela 1), em relação as provisões, foram o primeiro e terceiro item (itens 1 e 3), com percentual de 40%, nos anos de 2017 a 2019. Da mesma forma, essas duas informações (itens 1 e 3) foram as mais evidenciadas após o início da pandemia (2020 a 2023), com taxa de 40%. Não houve, portanto, aumento ou diminuição de um período para outro.

Em seguida, as informações mais evidenciadas das provisões pelas empresas listadas no ISE (Tabela 1) antes de iniciar a pandemia, foram o segundo (item 2), nos anos de 2016 a 2019, e quarto item (item 4), durante 2018 e 2019, ambos com percentual de 20%. Mesma taxa apresentada (itens 1 e 4) após o início da pandemia do Covid-19 (2020 a 2023), de 20%. Com isso, conclui-se que não houve diferença percentual dos itens antes e depois do início do período pandêmico.

Nos passivos contingentes, os itens mais evidenciados pelas empresas participantes do ISE, anterior ao início da pandemia (2016 a 2019), foram o primeiro e o quarto (itens 1 e 4), com 40% de percentual durante 2018 e 2019 - mesmo

percentual a partir do início da pandemia, atingindo 40% no ano de 2020, em relação a esses mesmos itens. Não foram evidenciados o segundo e terceiro itens (itens 2 e 3), nos dois períodos, antes e após início pandêmico. Assim, não teve aumento ou declínio no percentual de evidenciação dos itens citados de um período para outro.

No que diz respeito as empresas que não compõem o ISE (Tabela 2), as informações referentes a provisões com maior divulgação, no período anterior ao início da Pandemia do Covid-19 (2016 a 2019), foram o primeiro e terceiro item (itens 1 e 3), com 40% durante os anos de 2017 a 2019. Do mesmo modo, no período após início da pandemia, o primeiro e terceiro itens (item 1 e 3) apresentaram um percentual máximo de 40%, durante 2020 a 2023.

Em seguida, com taxa de 20%, foi evidenciada a quarta informação (item 4), nos anos anteriores a pandemia (2016 a 2019) e após início da Pandemia (2020 a 2023). Dessa forma, cada item correspondeu ao mesmo percentual, ao comparar os dois períodos em relação a pandemia.

Em relação aos passivos contingentes, antes da Pandemia da Covid-19, a categoria com maior evidenciação foi o primeiro (item 1) com 40%, durante 2017 a 2019. Em seguida, com 20% de evidenciação nos anos de 2017 e 2019, destacaram-se o terceiro e o quarto item (itens 3 e 4). Similarmente, a categoria mais divulgada após início de Pandemia do Covid-19 foi o primeiro item (item 1), também com taxa de 40% entre 2020 e 2023. Na sequência, com taxa de 20%, se apresentaram o terceiro e quarto item (item 3 e 4) durante 2020 a 2023. Sendo assim, é possível notar que não houve mudanças com o início da Pandemia da Covid-19.

Em suma, constatou-se que as empresas participantes e não participantes não apresentaram mudanças significativas que estivessem relacionados com o período de pandemia da Covid-19, pois o percentual de evidenciação por itens variou, apresentando uma taxa de 0%, 20% e 40% em todos os itens, porém apresentou percentuais de evidenciação iguais, na maioria dos anos, ao comparar o antes e o depois do início da Pandemia da Covid -19, respectivamente, entre os períodos de 2016 a 2019 e de 2020 a 2023.

Diante dessas constatações, esse resultado atestam as conclusões de Lisboa e Silva (2023), os quais não encontraram uma mudança significativa nas divulgações de contingências após o início da pandemia. Esses estudos investigaram a qualidade e o volume de passivos contingentes demonstrados pelas empresas que operam em setores mais impactados pelos efeitos da pandemia. Adicionalmente, notaram que

nenhuma empresa conseguiu atender a todos os critérios de divulgação do CPC 25.

## 4.2 COMPARAÇÃO ESTATÍSTICA DOS GRUPOS

Com o intuito de comparar o nível de evidenciação, foi calculada a proporção de cada item de divulgação para o total de informações identificadas, considerando todo o período pesquisado, ou seja, de 2016 a 2023, também separando as empresas integrantes e não integrantes do ISE.

**Tabela 3** – Percentual de divulgação dos itens em relação ao total evidenciado

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO	Listadas no ISE		Não Listadas no ISE	
	Total de itens	%	Total de itens	%
<b>Provisões ambientais</b>				
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	14	21,88%	15	22,39%
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	8	12,50%	1	1,49%
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	14	21,88%	15	22,39%
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	6	9,38%	8	11,94%
<b>Passivos Contingentes</b>				
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	11	17,19%	14	20,90%
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	0	0,00%	0	0,00%
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	0	0,00%	7	10,45%
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	11	17,19%	7	10,45%
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Referente às empresas listadas no ISE, as informações com maior destaque pertencem ao grupo das provisões, o valor contábil no início e no fim do período (item 1) e a breve descrição da natureza da obrigação (item 3) em que ambas correspondem a 21,88% do total evidenciado.

Em seguida, estão destacadas as informações dos passivos contingentes, mais especificamente o item da descrição da natureza do passivo contingente e a possibilidade de qualquer desembolso, representando cada uma 17,19% do total de 64 itens observados. Em contrapartida, com 0% se encontram os itens da estimativa

do efeito financeiro e da indicação de incerteza sobre o valor ou momento da saída.

Do mesmo modo, as empresas que não compõem o ISE apresentaram o maior percentual dos critérios de evidenciação nas provisões no que se referem aos itens do valor contábil no início e no fim do período (item 1) e da breve descrição da natureza da obrigação (item 3), correspondendo a 22,39% cada um, em relação aos 67 critérios encontrados.

Logo depois, destaca-se o item breve descrição da natureza dos passivos contingentes, o qual representa 20,90% dos 67 itens divulgados. Entretanto, assim como ocorreu com as empresas listadas no ISE, a estimativa do seu efeito financeiro não foi divulgada, apresentando 0% em relação ao total de itens evidenciados.

Como diferença entre as integrantes e não integrantes do ISE, pode-se destacar que dos itens que compõem as provisões nas empresas listadas, o que representou menor percentual do total evidenciado foi o item da indicação de incerteza sobre o valor, enquanto, nas empresas não listadas, foi o item dos valores de provisões não utilizados durante o período, com 9,38% e 1,49%, respectivamente.

Dos itens que compõem os passivos contingentes, a maior diferença entre os dois grupos está no item Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída, com 0% nas empresas participantes do ISE e 10,45% nas empresas não participantes.

Portanto, é possível constatar que falta maior padronização e conformidade das informações ambientais com os critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 25, tanto das empresas participantes do ISE, como também das não participantes. Nesse sentido, a pesquisa reitera as conclusões das pesquisas de Alves e Rego (2020) e Rodrigues *et. al.* (2023) que identificaram o não comprometimento com a exigências da norma.

No intuito também de comparar a evidenciação dos passivos ambientais dos dois grupos, empresas pertencentes e não pertencentes ao ISE, empregou-se uma estatística descritiva, identificando a quantidade de empresas, os itens observados, a média, o desvio padrão e os valores máximos e mínimos.

**Tabela 4 – Estatística descritiva**

	Listadas no ISE	Não listadas no ISE
<b>Quantidade de Empresas</b>	5	5
<b>Observações afirmativas</b>	64	67
<b>Média</b>	8,00	8,38
<b>Desvio Padrão</b>	5,63	5,95

<b>Mínimo</b>	0	0
<b>Máximo</b>	14	15

Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao analisar as observações afirmativas, é possível perceber um baixo nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais, pois foram identificados apenas 64 e 67 itens evidenciados, das empresas compõem e não compõem o ISE, respectivamente, de um total possível de 320 por grupo, ao levar em consideração a quantidade de empresas de cada grupo, os anos analisados (2016 a 2023) e a pontuação máxima (8 pontos).

Além disso, nota-se que as empresas que não participam do ISE evidenciaram mais informações do que as empresas que compõem a carteira do ISE (64 e 67). Da mesma forma, a média dos itens divulgados, o desvio padrão e o máximo de itens evidenciados das empresas não listadas apresentaram um valor maior do que das empresas listadas (Tabela 4).

Porém, pode-se observar pouca diferença em relação aos valores apresentados dos dois grupos. Para apresentar evidências que respondam a tal percepção, foi utilizado o teste estatístico denominado de Teste T de *Student*, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 5** – Cálculo teste T de *Student*

<b>Grupos</b>	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>T</b>	<b>Valor-p</b>
Listadas no ISE	5	8,00	-0,129	0,8888
Não listadas no ISE	5	8,38		

Fonte: Elaboração própria (2024).

O valor-p, obtido através do teste T de *Student*, representa a probabilidade que avalia a intensidade das alegações contrárias à hipótese nula. Para refutar essa hipótese, o valor-p deve ser menor que o nível de significância estabelecido ( $\alpha=0,05$  ou 5%). Quando a hipótese nula é desatendida, isso indica que os dados fornecidos são suficientes para invalidá-la.

Nesse sentido, o valor-p observado é de 0,8888 (uni-caudal), ou seja, está acima do nível de significância de 5%, impedindo que a hipótese nula seja rejeitada. Em outras palavras, esse dado sugere que não há uma diferença importante entre as médias apresentadas.

Dessa forma, o resultado da presente pesquisa sugere que a participação da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial não garante maior evidenciação

das informações referentes aos passivos ambientais, pois as empresas que não participam do ISE apresentaram maior divulgação, mesmo que de forma insignificante.

Os resultados deste estudo contrastam com as conclusões dos estudos de Ribeiro et al. (2019) e Rodrigues et al. (2023), os quais destacaram que as empresas listadas no ISE, respectivamente, no setor de energia elétrica e de alto potencial de poluição, apresentaram um maior nível de divulgação ambiental. Essas pesquisas encontraram uma relação positiva entre a divulgação de passivos ambientais e a inclusão no ISE. No entanto, as novas evidências apresentadas neste estudo complementam as pesquisas mencionadas, uma vez que foram analisados cinco setores, não se limitando apenas ao setor de energia elétrica ou às empresas com alto potencial de poluição.

Uma possível explicação para o resultado é destacada em alguns estudos que identificam diversos fatores que podem influenciar a divulgação ambiental. Braga, Oliveira e Salotti (2009) indicam que o tamanho da empresa, a quantidade de riqueza gerada e o tipo de atividade desempenhada têm um impacto direto e significativo na extensão da divulgação ambiental realizada. Além disso, Silva, Rover e Ferreira (2022) também concluíram que o porte da empresa, assim como a divulgação de contingências ambientais, está diretamente associado à divulgação de passivos ambientais.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve o propósito de analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Além disso, buscou analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais no período anterior e posterior a Pandemia da Covid-19. Para tanto, foi utilizado um *checklist* que se baseia nos critérios de evidenciação do CPC 25, o qual trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Assim, a pesquisa se deteve em observar as provisões e passivos contingentes de natureza ambiental, para identificar o comprometimento das empresas com as questões ambientais.

Um dos resultados da pesquisa, mostrou que, tanto as empresas listadas no ISE, como as não pertencentes ao ISE, em relação as provisões, destacaram-se na evidenciação do valor contábil no início e no fim do período e da breve descrição da natureza da obrigação, com percentual de máximo de 40%. Quanto aos passivos contingentes, os dois grupos se destacaram na evidenciação da breve descrição da natureza do passivo contingente, apresentando um percentual máximo de 40%.

Diante disso, foi possível concluir que as empresas estão divulgando os passivos ambientais, porém os resultados revelam um baixo nível de evidenciação, pois a taxa de divulgação dos itens de provisões e passivos contingentes ficou abaixo de 50%, ao longo dos anos pesquisados, tanto para as empresas participantes do ISE, como para as não participantes. Dessa forma, das dez empresas pesquisadas, quatro apresentaram alguma informação sobre as provisões e passivos contingentes ambientais, mais especificamente duas de cada grupo.

Uma possível explicação para a maior divulgação de passivos ambientais por algumas empresas em comparação com outras pode estar relacionada às teorias da legitimidade e dos stakeholders. Essas teorias sugerem que algumas organizações são incentivadas a atender às expectativas e demandas de informação dos stakeholders e da sociedade em relação ao meio ambiente. Isso ocorre para que possam prestar contas sobre seu desempenho ambiental e facilitar a tomada de decisões (Eugénio, 2010; Silva et al., 2013).

Além disso, a carência de divulgação dos passivos ambientais evidencia a falta de padronização e conformidade das informações ambientais com os critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 25, tanto por parte das empresas participantes do

ISE quanto das não participantes. Nesse contexto, a pesquisa reafirma as conclusões dos estudos de Alves e Rego (2020) e Rodrigues et al. (2023), que identificaram a falta de adesão às exigências da norma.

Quanto ao nível de evidenciação no período de Pandemia da Covid-19, constatou-se que as empresas participantes e não participantes não apresentaram mudanças significativas que estivessem relacionados com o período de Pandemia do Covid-19, pois o percentual de evidenciação por itens variou, apresentando uma taxa de 0%, 20% e 40% em todos os itens, porém apresentou percentuais de evidenciação iguais, na maioria dos anos, ao comparar o antes e o depois do início da Pandemia do Covid -19, respectivamente, entre os períodos de 2016 a 2019 e de 2020 a 2023.

Ao comparar os dois grupos de empresas, constatou-se que, aquelas participantes do ISE, divulgaram uma média de 8,00 das informações sobre provisões e passivos contingentes de origem ambiental, enquanto as demais divulgaram uma média de 8,38. Apesar das empresas listadas apresentarem uma média menor de divulgação, foi realizado o teste T de *Student* para determinar se existe uma relação entre o Índice de Sustentabilidade Empresarial e o nível de divulgação de passivos ambientais. O resultado revelou que não há uma diferença significativa entre as médias apresentadas.

Dessa forma, o resultado da pesquisa sugere que a participação da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial não garante maior evidenciação das informações referentes aos passivos ambientais, pois as empresas que não participam do ISE apresentaram maior divulgação, mesmo que de forma insignificante.

Para pesquisas futuras, sugere-se aumentar a amostra, utilizando uma quantidade maior de empresas com melhores desempenhos no *Score* ISE, pois a presente pesquisa se limitou em uma amostra com apenas dez empresas, das quais cinco são consideradas as maiores do ISE, com base no *Score* ISE.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. P.; RÊGO, T. de F.; PESSOA, L. G. S. B.; SANTIAGO, J. S.; DE MELO, J. F. M. Evidenciação de itens ambientais nas indústrias siderúrgicas registradas na BOVESPA. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.]. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/747>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- ARAÚJO, G. C. de; BUENO, M. P.; SOUSA, Adriana Alvarenga de; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. **III CONVIBRA** – 24 a 26 de novembro de 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/iii-convibra-24-a-26-de-novembro-de-2006-2>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- ALVES, V. S. D.; RÊGO, T. F. Nível de evidenciação das empresas potencialmente poluidoras à luz do CPC 25. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 8, n.3, p.54-72, set./dez. 2020. Disponível em: [5feda8d1e7cb9ce910683579fd56ea14a423.pdf](https://www.semanticscholar.org/paper/5feda8d1e7cb9ce910683579fd56ea14a423) (semanticscholar.org). Acesso em: 20 de abr. 2024.
- BEUREN, I. M.; SANTOS, V.; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. BASE. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 55-68, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228653005.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 3 p. 81-95, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3819/2790>. Acesso em: 03 de mai. 2024.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Apresentação**. São Paulo, SP: B3. Disponível em: <https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Metodologia**. São Paulo, SP: B3. Disponível em: <https://iseb3.com.br/metodologia>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- BRUMATI, D. N. Contabilidade da gestão ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em Alta Floresta/MT, em 2014-2015. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v.2, n.4, p.103-117, 2015.
- BAZANINI, Roberto et al. A teoria dos stakeholders nas diferentes perspectivas: controvérsias, conveniências e críticas. **Pensamento & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 43-58, 2020.
- GÓES, H. A. A.; REIS, G. G.; ABIB, G. Quando a teoria dos stakeholders encontra a teoria da justificação: uma proposta de interseção. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 901-917, 2022.

CAVALCANTE, J. R. *et. al.* **COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica, 20 de 2020**. Scielo Brasil, 2020. Disponível em: SciELO - Brasil - COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Acesso em: 03 de mai. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2009. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 17 de out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2004. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-especificas/>. Acesso em: 17 de out. 2023.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 43, p. 20–33, 2007. DOI: 10.1590/S1519-70772007000100003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

CUNHA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 86-106, out./dez., 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117049458006.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

DOMINGOS, S. R. M.; OLIVEIRA, M. C.; SILVA, R. B.; PONTE, V. M. R. Disclosure e Materialidade das Provisões e Passivos Ambientais divulgados pelas companhias listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 75–89, 2020. DOI: 10.12979/rcmccuerj.v24i2.51850. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/51850>. Acesso em: 03 de maio. 2024.

EIDT, E. C.; COLTRE, S. M.; MELLO, G. R. Perfil das Empresas Pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Caderno Profissional de Administração – UNIMEP**, v.8, n.1, [S. N], 2018. Disponível em: <https://www.cadtecempa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecempa.combrojsindexphp/article/view/173>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

EUGÊNIO, T. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 6, n.1, p. 102-118, jan./mar., 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237023060\\_avancos\\_na\\_divulgacao\\_de\\_informacao\\_social\\_e\\_ambiental\\_pelas\\_empresas\\_e\\_a\\_teor\\_da\\_legitimidade](https://www.researchgate.net/publication/237023060_avancos_na_divulgacao_de_informacao_social_e_ambiental_pelas_empresas_e_a_teor_da_legitimidade). Acesso em: 04 de nov. 2023.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o Disclosure Ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, v. 5, n. 2, p. 250–267, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente>

/article/view/4159. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, J. M. D. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da teoria da legitimidade: uma alternativa para explicar e predizer políticas de evidenciação contábil. **Interface**, Natal, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/257>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, M. C.; PIMENTEL, M. S.; BERTINO, R. M J. Índice de Sustentabilidade Empresarial: uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. **Revista Ambiente Contábil** – ISSN 2176-9036. Natal, v. 10. n. 1, p. 104 – 120, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11053>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, R. N. L.; BRUNI, A. L.; GOMES, S. M. S. A compreensão dos estudantes sobre o conceito de passivo ambiental: um estudo nos cursos de Ciências Contábeis em Salvador-BA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Bahia, v. 7, n. 1, p. 108- 121, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11119>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

GIACOMIN, Juciléia; OTT, Ernani; GRANDO, Tadeu. Estudo sobre variáveis determinantes do nível de divulgação de informações voluntárias ambientais. **Rev. Gest. Ambient.** Sustentabilidade. São Paulo, Vol. 7, N. 1 p. 97-115 jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/10108>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

JUNIOR, S. B. ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro v. 23, n. 80, p. 46-54, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3630%20/2772>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

LISBOA, A. S.; SILVA, T. A. Evidenciação De Passivos Contingentes Durante A Pandemia De Covid-19: Análise do Atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020. **RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 97-119, jan./abr. 2023. Disponível em: [https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A8%3A25311832/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A164718581&crl=c\\_](https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A8%3A25311832/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A164718581&crl=c_) Acesso em: 03 de mai. 2024.

MACHADO, D. P.; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 136-156, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4779>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

MENEZES, B. S.; ARRUDA, A. T. F. F.P.; CABRAL, A.; SANTOS, S. M. Evidenciação de Passivos Ambientais: um estudo com empresas integrantes do ISE. **Revista Unemat de Contabilidade**, v. 6, n. 12, p. 92–110, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/10108>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

MONTEIRO, A. A. F.; DOS SANTOS, T. R.; DOS SANTOS, G. C. Índice de sustentabilidade empresarial (ise) e desempenho econômico-financeiro nas empresas da b3. **Ragc**, v. 8, n. 38, p. 63 – 78, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc /article/view/2322>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; DA SILVA, A.; ROSA, F. S. da. Perfil da Evidenciação Ambiental das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 57–77, 2015. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2430>. Acesso em: 30 de set. 2023.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, E. S.; FREGONESI, M. S. F. A.; CUNHA, L. M. S. A influência da ocorrência de passivo ambiental no environmental disclosure score da bloomberg. In: CONGRESSO ANPCONT, XIII, 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: [S.N.], 2019. [S.P.]. Disponível em: <https://anpcont.org.br/congresso-anpcontanteriores/congresso-anpcont-2019/>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

RODRIGUES, K. K. A. S.; MACEDO, A. F. P.; MOREIRA, C. S.; DUARTE, C. A. A. Nível de disclosure das provisões e passivos contingentes ambientais: análise das empresas com alto potencial de poluição. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 22, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php /CRCSC/article/view/3342/2507>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

ROSA, F. S. d.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Engenharia Sanitária E Ambiental**, v. 16, n. 2, p. 157-166, 2011. Disponível em: <https://scite.ai/reports/gestao-da-evidenciacao-ambiental-um-WbYmD1>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: qualificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 41–58, 2006. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/825>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista contemporânea de contabilidade**, 2006, v.1, n. 5, p.41-58, jan/jun., 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237674409\\_a\\_evidenciacao\\_do\\_passivo\\_ambiental\\_quantificando\\_o\\_desconhecido \\_autores](https://www.researchgate.net/publication/237674409_a_evidenciacao_do_passivo_ambiental_quantificando_o_desconhecido_autores). Acesso em: 04 de nov. 2023.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no brasil utilizando a análise de regressão em painel. **R.Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rausp/a/wzlw7npgqs9cd83ts7xbfmg/>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SALES, B.; ROVER, S.; FERREIRA, J.S.. Coerência na evidenciação das práticas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 10. n. 2, p. 1 – 22, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/12641>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, I. P.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Disclosure de passivos ambientais: uma análise dos fatores que influenciam o montante divulgado por empresas potencialmente poluidoras. **RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/366626336\\_Disclosure\\_de\\_Passivos\\_Ambientais\\_Uma\\_Analise\\_dos\\_Fatores\\_Que\\_Influenciam\\_o\\_Montante\\_Divulgado\\_Por\\_Empresas\\_Potencialmente\\_Poluidoras](https://www.researchgate.net/publication/366626336_Disclosure_de_Passivos_Ambientais_Uma_Analise_dos_Fatores_Que_Influenciam_o_Montante_Divulgado_Por_Empresas_Potencialmente_Poluidoras). Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, J. O.; ROCHA, I.; WIENHAGE, P.; RAUSCH, R. B. Gestão Ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S.l.], v.3, n.3, p. 56-71, Set.- Dez. 2009. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Gest%C3%A3o-Ambiental%3A-uma-an%C3%A1lise-da-Evidencia%C3%A7%C3%A3o-das-o-Silva-Rocha/dba8f8cd7224010ff2e8bc70a8cbccfc5c310926>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, T. L.; VICENTE, E.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Environmental disclosure—informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 229-249, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4149>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, V. M.; LUCENA, W. G. L. Contabilidade ambiental: análise da participação no Índice De Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na [B]3. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 109-125, 2019. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/1563>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, M. G.; SOUZA, R. B. L. **Relação entre os gastos com responsabilidade social corporativa e o retorno operacional de empresas do índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) listadas na B3**. 2019. 18 folhas. TCC (graduação em ciências contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S.l.], 2019.

SOUZA, R. F.; GOMES, A. R. V.; LIMA, S. L. L. de; SANTOS, G. V. dos; VESCO, D. G. D. A legitimidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) frente aos demais índices B3. **Race**, Joaçaba, v.18, n.3, p. 521-542, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/19572>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SORDI, J. O. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. – 1.ed. – São Paulo:

Saraiva, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

SPERANDIO, L. A.; TRINDADE, M.; FAVERO, H. L. Uma introdução à discussão do passivo ambiental. **Enfoque Reflexão Contábil**, Paraná, v.24, n.2, p. 05-18, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124210001.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

VOSS, B. L. **Environmental disclosure: estudo sobre a evidenciação ambiental dos resíduos sólidos presentes nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras potencialmente poluidoras para o ano de 2010**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 107, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96420>. Acesso em: 04 de nov. 2023

XAVIER, V. V. N. T.; LUCZKIEWICZ, D. A. Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/187>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

## APÊNDICE A – CHECKLIST

O *Checklist* compreende informações que devem ser evidenciadas nas Provisões e Passivos Contingentes, de acordo com o CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, apresentadas na pesquisa de Rodrigues *et. al.* (2023).

Para realizar a coleta foi definida uma pontuação, conforme modelo de checklist apresentado por Rodrigues *et al.* (2023), de forma que, para cada item que as empresas apresentarem em seus demonstrativos contábeis será entendido como 1 (um) ponto, entretanto, em caso de não evidenciação, será considerado 0 (zero) ponto, com isso, a pontuação máxima é 8 (oito).

ITENS	PONTUAÇÃO (Sim/não)
<b>Provisões</b>	
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	1 ou 0
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	1 ou 0
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	1 ou 0
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	1 ou 0
<b>Passivos Contingentes</b>	
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	1 ou 0
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	1 ou 0
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	1 ou 0
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	1 ou 0

Fonte: Adaptado de Rodrigues *et. al* (2023).